

FERNANDO PEDREIRA

Rua com eles! O ESTADO DE SÃO PAULO

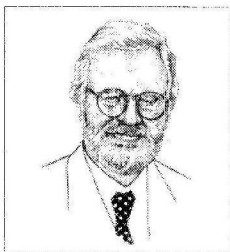
Quem tem razão? Ninguém. Nem Jader, nem ACM, nem Arruda, nem nenhum desses rotweilers que se estraçalham no Senado e ameaçam afundar não só a Casa, mas a República e o País. São todos culpados, terrivelmente culpados, sordidamente culpados, embora suas culpas possam ser diversas e distintas. Rua com eles.

A Bahia sobreviverá sem ACM? Certamente. E a Amazônia, sem Jader? Na verdade, esta briga entre manda-chuvas é apenas o confronto entre três graus, três tipos diversos de corrupção. O mais baixo e óbvio dos três é o amazônico. Jader é um tamanduá, um troglodita, grosseiro e primário em seus malfeitos. No próprio Pará, ele é apontado como o herói que desmoralizou até mesmo o venerando instituto do "testa-de-ferro"; no caso do Banpará, os cheques são passados em seu nome e depositados em sua conta pessoal.

Um segundo grau de corrupção, embora também físico e material, pode ser mais propriamente definido como sociológico e político; não é apenas baiano, nem sequer brasileiro. Seria, antes, ibérico e hispano-americano; seu nome é caudilhismo. O título oficial do ditador Francisco Franco, que governou seu país durante 40 anos, era "Caudillo de España por la gracia de Dios". Nada menos.

No Brasil, os caudilhos são (ou eram) sobretudo gaúchos, mas podem ser também nordestinos. Normalmente, governam uma região, um município; mais raramente, dominam um Estado inteiro; e só muito excepcionalmente (como Getúlio ou Franco) chegam a mandar no país como um todo.

Os caudilhos podem ser (tendem a ser) nacionalistas e, até, patriotas. Representam,



No Primeiro Mundo, quando um corrupto é apanhado, não tem salvação...

seja mal administrada ou malcuidada. Há bons e maus caudilhos, assim como há bons e maus governadores ou prefeitos. A diferença está no "caráter" do poder do caudilho, que não dispensa a arbitrariedade, a freqüente violência, o medo e, até, o terror.

É um tipo de poder pessoal que trata o povo, o cidadão comum, como criança. O caudilho é um superpai, dotado de superpoderes, que protege e castiga, segundo seus nem sempre compreensíveis desígnios. O povo obedece; beija-lhe as mãos, mesmo quando punido.

Na Bahia, ACM fez e aconteceu; pintou o caneco. Perse-

tam, no entanto, uma forma política primária, quase instintiva, que ocorre antes da sofisticação democrática, liberal, e na verdade fornece, por assim dizer, a base política natural de autoritarismo e do totalitarismo.

A Bahia tornou-se um feudo de Antonio Carlos Magalhães, mas ninguém dirá que

guiu jornais e jornalistas, destruiu impiedosamente adversários; certa vez, num rompante, desapropriou a própria residência de Clemente Marianni, seu opositor, no alto da Ladeira da Barra. E, ainda hoje, o jornal *A Tarde*, o grande e tradicional jornal baiano, não recebe um tostão das verbas de publicidade do governo estadual e das empresas do Estado; vai tudo para as publicações do próprio ACM.

Pois a verdade é que todo caudilho é patrimonialista; confunde a coisa pública com a coisa privada. O dinheiro do governo, para ele, não é do povo ou dos contribuintes, é dele, de sua família e dos seus afilhados. Jango Goulart também era assim: quando foi deposto, em 64, já era o maior proprietário de terras de todo o Brasil.

Considero ACM (ao contrário de Jango) um "bom" caudilho, se é que um bicho assim realmente existe. E admito, até, que, em vastos espaços de um país como o nosso, a população possa ser tão inculta e ignorante a ponto de tornar o caudilhismo um fenômeno virtualmente inevitável. Talvez o Zeca do PT ou o Zito de Caxias se revelem "bons" caudilhos, ainda que à sua rude maneira.

Mas, e a Bahia? E o excel-

so Senado da República? Em outros tempos, o velho Senado abrigou, por muitos anos, o gaúcho Pinheiro Machado, que havia feito da própria República um feudo seu, até que alguém, por fim, o matasse.

O que os acontecimentos mais recentes estão revelando, aos olhos do País estarecido, é que o ACM do Senado não é diferente do ACM da Bahia; governa, algumas vezes até bem, mas não se esquivava de utilizar, quando lhe parecem necessários, os métodos brutais (e ilegais) do caudilho. Ora, Getúlio e Pinheiro Machado foram figuras da primeira metade do século 20. Hoje, tantos anos depois, a música é outra.

Há, enfim, um terceiro tipo de corrupção que se poderia chamar de "light", temperada com adoçante, em vez de açúcar mascavo, e que é em geral tolerada pelo governo, embora envolva às vezes quantias respeitáveis.

Não só em Brasília, mas em Paris, Washington e Londres, o presidente ou o primeiro-ministro fazem vista grossa ou olham para outro lado nesses casos, porque, afinal, onde está o homem está o pecado e a perfeição no governo é inalcançável. Mas, se o corrupto é apanhado (e esta é a grande diferença entre o Brasil e o Primeiro Mundo), não tem salvação: desce do poleiro e vai defender-se na planície, como cidadão comum; sua carreira está encerrada.

O presidente Fernando Henrique conduz o governo e o País como um ciclista que guiasse sua bicicleta sem pôr as mãos no guidão ou no volante. Talvez por isso a máquina oficial ande em muitos casos um tanto erratically.

Mas não há dúvida de que esse excesso de liberdade, essa freqüente ausência da mão presidencial nos comandos da República, é uma das grandes causas da excessiva floração de escândalos e crises – que, afinal, nos permitem, ainda que por paus e por pedras, ir corrigindo o muito que ainda temos de errado.

